



RELATÓRIO DE REUNIÃO ESPECIAL

Prestação de informações sobre a gestão
da Polícia Militar, da Polícia Civil,
do Corpo de Bombeiros Militar e da Se-
cretaria de Estado de Justiça e Segurança
Pública

— 28/6/2021 —

I – Apresentação

No dia 28/6/2021, a Comissão de Segurança Pública e suas convidadas – a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – receberam o Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; o Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e Rogério Greco, titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública; que prestaram informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao primeiro quadrimestre de 2021, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

II – Presenças

- **Comissão de Segurança Pública:** deputados Sargento Rodrigues (Presidente), Bruno Engler, Deputado Heli Grilo e João Leite.
- **Comissão de Direitos Humanos:** deputada Andréia de Jesus (Presidenta).
- **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:** deputadas Ana Paula Siqueira (Presidenta) e Laura Serrano.
- **Outras presenças:** deputados Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Bartô, Celinho Sintrocel, Charles Santos, Coronel Henrique, Gustavo Santana, Mauro Tramonte, Professor Cleiton, Raul Belém e deputada Celise Laviola.

III – Discussões

1. Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG

O Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da PMMG, apresentou, primeiramente, as ações desencadeadas nos últimos meses pela instituição com vistas a promover assistência à população mais vulnerável: foram distribuídas dezenas de milhares de cestas básicas; foram distribuídos máscaras e álcool em gel para a sociedade; foi realizada a campanha “Não baixe a guarda. Use máscara”, com o objetivo de informar a população e os integrantes da corporação de que a pandemia ainda não acabou e que as medidas preventivas, tais como o uso de máscaras e a utilização de álcool em gel, ainda devem ser observadas.

O comandante também enumerou as ações que possibilitaram à corporação militar, mesmo durante a pandemia de Covid-19, continuar atuando em sua atividade finalística de patrulhamento ostensivo. Assim, medidas de proteção à integridade física dos policiais militares foram adotadas, como: a higienização das viaturas; a elaboração de protocolos; o fornecimento de equipamentos de proteção individual para cada integrante da instituição (foram adquiridas para os servidores mais de 100 mil máscaras, outras 500 mil foram fabricadas pela própria PMMG, mais de 85 mil unidades de álcool em gel foram adquiridas, atendendo 100% do efetivo da corporação). Segundo ele, essa adaptação permitiu que nenhum serviço finalístico da PMMG sofresse interrupção e, ainda, possibilitou a manutenção da trajetória de queda dos índices criminais vivida nos últimos anos no Estado.

A seguir, informou que a rede de ensino do Colégio Tiradentes, que atende prioritariamente dependentes de integrantes da PMMG e do CBMMG, continua com atividades na modalidade a distância. Mostrou os resultados dos alunos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2019, destacando que a nota obtida por eles foi igual à dos alunos da rede privada.

Quanto à vacinação dos policiais militares, o comandante citou que: 89,1% dos militares já foram vacinados com a primeira dose e 24% já receberam as duas doses do imunizante; em números absolutos, são 34.079 militares da PMMG vacinados com ao menos uma dose. Já em relação à imunização de toda a população mineira, o coronel ressaltou que a instituição realizou apoio na logística da vacinação contra a Covid-19 no Estado, auxiliando a Secretaria de Estado de Saúde na escolta dos veículos que transportam as vacinas e no patrulhamento dos prédios onde os imunizantes ficam armazenados.

Em acréscimo, o Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues mencionou as ações para a retomada das atividades da instituição diante da melhora dos indicadores da pandemia, sempre respeitando as regras sanitárias. Destacou, contudo, que aqueles integrantes que faziam parte do grupo de risco ainda permaneceriam em trabalho remoto.

Quanto aos índices criminais, o comandante explicou que, de janeiro a março de 2021, houve queda de: 28,6% nos crimes violentos; 10,5% nos homicídios consumados; 29,2% de roubos de veículos; 34% de roubos consumados; 4,2% de estupros consumados; e 13,5% de furtos consumados. O único índice criminal que não registrou queda foi o relacionado à violência doméstica, que teve um aumento de 1,45%. Nesse período, foram apreendidas 11.039 armas de fogo e foram feitas 131.913 prisões/apreensões; 15.285 ocorrências de tráfico e uso de drogas foram registradas; 5.020 prisões/apreensões de autores de crimes violentos foram feitas; e 5.853 veículos foram recuperados. Quando comparado a outros estados da federação, se-

gundo o Cel. PM Rodrigo Sousa, Minas Gerais possui a menor taxa de ocorrência de estupro do País; a 3ª menor taxa de letalidade policial; a 4ª menor taxa de homicídios dolosos e a 4ª menor taxa de roubos de veículos.

Em seguida, o comandante falou sobre as ações da PMMG desencadeadas nas zonas rurais do Estado. De janeiro a março de 2021, foram realizadas, no total, 15.403 operações; 128 autores de crimes violentos foram presos; 225 autores de furto foram apreendidos e 204 mandados de prisão/apreensão foram cumpridos. Para aperfeiçoar o patrulhamento no campo, a instituição entregou, em 2021, 77 caminhonetes para 71 municípios de pequeno porte; além de 306 viaturas do tipo SW e SUV para 251 municípios de pequeno porte; e investiu R\$36,5 milhões no policiamento rural.

Acerca das ações da instituição na repressão à violência doméstica, informou que: a presença de Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – no Estado, de 2019 a 2021, passou de 25 para 97 municípios; de janeiro a maio de 2021, foram realizadas 25.543 visitas das PPVDs a vítimas dessa modalidade criminal e iniciados 4.736 novos casos; foram entregues 6 novas viaturas para as PPVDs e existe a previsão de aquisição de mais 92 com recursos de fundos, convênios e emendas parlamentares. Acrescentou que, de todo o efetivo da instituição, 27.239 militares já se encontram devidamente treinados para o atendimento de ocorrências envolvendo violência doméstica, número que tende a aumentar, uma vez que a PMMG adotou disciplina específica sobre o tema no Treinamento Policial Básico – TPB –, curso obrigatório para todos os integrantes da instituição, realizado a cada dois anos.

Ainda sobre o efetivo da instituição, o comandante-geral afirmou que: atualmente a PMMG conta com 38.097 militares, sendo 36.492 da ativa e 1.605 da reserva, que voltaram a trabalhar pela reconvocação voluntária; em 2021, um total de 1.836 novos soldados adentrarão a instituição; a previsão para 2022 é de que mais 1.887 vagas sejam abertas, sendo 120 para oficiais, 1.737 para soldados e 30 para profissionais da saúde. Sobre o aprimoramento técnico da tropa, explicou que, até junho de 2021: 23.937 militares concluíram treinamento complementar em plataforma a distância; 8.969 militares serão submetidos a treinamento complementar presencial; e 30.515 integrantes serão submetidos ao TPB.

Dito isso, apresentou a adaptação feita pela instituição para o Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd –, que, com apoio da Secretaria de Estado de Educação, Rede Minas e TV PMMG, está sendo ministrado de forma remota. Em 2020, 173 mil alunos foram formados e se matricularam 204.705 alunos.

Finalizando a exposição, o comandante mostrou os dados relativos à destinação dos R\$343,6 milhões que serão recebidos pela PMMG da empresa Vale. Com o valor, a instituição pretende: ampliar o Hospital da Polícia Militar; adquirir um helicóptero “biturbina”, com capacidade de transportar até 8 passageiros e autonomia de 916km, 9.500 coletes e 70 viaturas 4x4; digitalizar a rede de rádio de quatro regiões da Polícia Militar; adquirir 1.102 Pistolas Impulso Elétrico e 16 motocicletas de, no mínimo, 750 cilindradas.

Questionado sobre o cronograma de ampliação da vacinação dos militares, o Cel. PM Rodrigo Sousa destacou que está em constante contato com os municípios do Estado para agilizar a aplicação da segunda dose da vacina e esclareceu que, até aquele momento, pouco menos de 10% da tropa não tinha sido imunizada com a primeira dose.

Perguntado acerca de denúncia de falta de equipamentos de proteção individual aos militares da instituição lotados no Município de Campos Altos, afirmou que não tinha conhecimento da situação, mas que contornaria o fornecimento dos materiais para esse destacamento o mais rápido possível.

Inquirido quanto ao pagamento de diárias, ajudas de custo e férias-prêmio, verbas que se encontram em atraso, o coronel mencionou que se trata de um problema antigo da instituição e que a solução perpassa pela gestão de recursos públicos. Explicou que, quanto às praças da instituição, o pagamento dessas verbas está em dia e, em determinadas situações, até mesmo é realizado de forma antecipada. Informou, ainda, que se espera que, até o final de 2021, o problema do pagamento desses valores já esteja solucionado.

Questionado acerca da recomposição do efetivo da instituição, o comandante respondeu que o governo do Estado autorizou, em 2020, um total de 1.836 novos cargos e, em 2021, 1.887. Pontuou que algumas carreiras da instituição possuem peculiaridades. Citou, como exemplo, que, no caso do concurso para formação de oficiais, cerca de 70% dos aprovados já são praças da instituição. Assim, apesar da realização do concurso, o número total do efetivo não se altera na mesma proporção das vagas, haja vista que grande parte dos novos oficiais apenas troca de posto, ou seja, passa de praça para oficial. Outro problema abordado pelo coronel foi a ansiedade da tropa que está prestes a se aposentar com receio de ser afetada por regras previdenciárias de transição, o que faz com que tais militares procurem a reforma o quanto antes, aumentando ainda mais o problema do efetivo. Por fim, contou que o governo do Estado destinou mais 335 cargos para civis desempenharem funções dentro da instituição militar, liberando os militares que exercem funções burocráticas ou administrativas a fim de colocá-los no patrulhamento ostensivo. Sobre a convocação de candidatos excedentes, afirmou que a instituição estuda a questão com muita cautela e que alguns excedentes já têm sido chamados.

Perguntado sobre as perdas inflacionárias nos vencimentos dos policiais, Cel. PM Rodrigo Sousa informou que já existem tratativas em andamento e que acredita que em breve o problema começará a ser contornado.

Inquirido quanto à ampliação das PPVDs, lembrou da recente expansão, que aumentou o número de municípios com a unidade de 25 para 97 e falou que o objetivo é chegar a um total de 128 municípios até o final de 2021. Ressaltou, ainda, a criação, até setembro de 2021, da 3ª Companhia Independente específica para combate da violência doméstica, que terá sede no Município de Lagoa Santa.

COMPROMISSOS

Compromisso/posicionamento do comandante-geral da PMMG:

- Expansão das Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs – para um total de 128 municípios do Estado até o final de 2021;
- Implantação da 3ª Companhia Independente de Prevenção à Violência Doméstica no Município de Lagoa Santa, até setembro de 2021;
- Continuação da gestão dos recursos da instituição para pagamento das diárias, ajudas de custo e férias-prêmio que se encontram em atraso.

REQUERIMENTO

RQN 8.477/2021: Requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja ampliado o número de Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVDs –, especialmente no interior do Estado, considerando-se que, no período compreendido entre 1º/1/2021 e 31/5/2021, o único índice criminal que não teve queda nos números foi o relacionado à violência doméstica.

2. Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG

O chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Joaquim Francisco Neto e Silva, iniciou sua participação prestando condolências aos familiares dos servidores da instituição que faleceram em decorrência da Covid-19 (no ano de 2020, ocorreu 1 óbito e 6 casos suspeitos estão em apuração, sendo que, em 2021, até 28/6, haviam ocorrido 11 óbitos de policiais, 1 óbito de servidor administrativo e 1 caso suspeito estava em apuração). Ressaltou que, pelo fato de a PCMG exercer uma atividade essencial, manteve a prestação dos serviços mesmo diante das restrições impostas pela pandemia.

Na sequência, passou a uma breve síntese das ações estratégicas realizadas no período de janeiro a junho de 2021, por eixos, destacando-se as seguintes:

- Manutenção dos Serviços Essenciais: edição, ainda em 2020, de resoluções para garantir a manutenção dos serviços essenciais no âmbito da PCMG (Resoluções nºs 8.131, 8.146 e 8.147); manutenção de atendimentos presenciais em todas as unidades da PCMG para casos urgentes (prisão em flagrante, homicídio, estupro, violência doméstica, etc), mesmo durante a vigência da onda roxa; e

prorrogação do prazo das CNHs vencidas até 31/12/2020 para até 31/12/2021, assim como do prazo de vigência do CRLV 2020 para 31/12/2021.

- **Pessoal:** solicitação de autorização para a realização de concurso público com 1.446 vagas para as carreiras policiais e administrativas; ingresso na Acadepol, em julho de 2021, no curso de formação técnico profissional, de 80 novos policiais civis, sendo 16 delegados e 64 escrivães; designação para a atuação, em julho de 2021, de 106 policiais civis, sendo 30 delegados e 76 escrivães, após conclusão do curso de formação técnico profissional na Acadepol; publicação, em 26/6/2021, da promoção de 142 policiais civis e de novo edital de promoções.
- **Proteção à saúde do servidor:** 81,6% dos servidores da PCMG (9.198 servidores) já se encontravam vacinados, sendo que 170 servidores tinham se negado a receber a vacina, restando, ainda, 1.952 servidores a serem vacinados; distribuição de diversos materiais de proteção/prevenção ao contágio (máscaras N95, descartáveis e de algodão, frascos de álcool líquido e em gel e outros itens de higiene e limpeza).
- **Operações:** foram realizadas 524 operações policiais entre 1º/1/2020 e 31/1/2021; além de combate a eventos clandestinos durante as restrições impostas pela pandemia.
- **Produtividade de janeiro a maio de 2021:** foram instaurados 159.471 inquéritos policiais, sendo que 135.407 foram relatados, e 2.756 inquéritos de homicídios, sendo 2.047 concluídos e 1.591 elucidados; foram lavrados e remetidos à Justiça 19.257 expedientes apartados de medida protetiva – EAMP; foram emitidos 108.870 laudos periciais e 36.929 laudos médico-legais. No mesmo período, houve um aumento de 11,1% nos feminicídios e uma redução de 2,4% nas tentativas de feminicídio. Foram registradas 82.065 ocorrências pela delegacia virtual, com um crescimento de 13,2% em relação ao mesmo período de 2020. Além disso, foram confeccionadas 326.466 carteiras de identidade, 650.663 carteiras nacionais de habilitação, 6.501.536 veículos foram licenciados e foram realizados 1.872 atendimentos psicológicos a policiais civis e familiares.
- **Capacitação:** foram realizados 13 cursos presenciais, 21 na modalidade EAD e 7 cursos destinados ao público externo.
- **Responsabilidade Social:** diversas ações solidárias foram realizadas em vários municípios, com a distribuição de cestas básicas para famílias carentes; foram confeccionadas cartilhas sobre temas relevantes para orientação à sociedade, a exemplo do manual básico de enfrentamento da violência do-

méstica e familiar e das cartilhas de enfrentamento da violência contra a pessoa idosa e de violação de direitos da criança e adolescente.

- Projetos de Acompanhamento Especial: implantação de 11 novas unidades do plantão digital, totalizando 34 até o momento; previsão de implantação, em julho de 2021, da Central Estadual do Plantão Digital; inserções de 7.483 amostras, em 2021, no banco nacional de perfis genéticos de DNA; no momento, estavam em curso medidas para a modernização da identificação humana para fins civis e criminais.
- Outras ações: elaboração de 63 iniciativas estratégicas que representam prioridades para a PCMG, visando à modernização e melhoria da instituição; implementação de leilão virtual de veículos e salas de depoimento especial; adoção do sistema de notificação eletrônica de infrações de trânsito (proprietários de veículos podem optar por receber notificações de infrações de trânsito) e implementação do Núcleo Integrado de Perícias; aquisição de diversos equipamentos com recursos de emendas parlamentares (viaturas, armamentos, informática, etc); e, por fim, a edição de normativas, como o Decreto nº 48.199/2021 e a Resolução nº 8.179/2021, que tratam do Departamento Estadual de Investigação de Crimes de Trânsito, e a Resolução nº 8.160, de 2021, que define diretrizes para a atuação dos servidores da Polícia Civil na cadeia de custódia da prova, além da previsão de publicação de uma resolução sobre o modelo de atuação da delegacia rural e de edição de norma com a classificação das delegacias especializadas em atendimento à mulher no Estado.

Questionado sobre o cronograma de vacinação contra a Covid-19 e a ampliação da vacinação entre os servidores, Joaquim Francisco informou que restavam 1.952 servidores para serem vacinados, dos quais 170 haviam se negado a receber a vacina (havia, portanto, 1.782 servidores a vacinar). Disse que solicitou a confecção de lista com os nomes dos servidores que ainda não haviam sido vacinados.

Em relação à recomposição do efetivo, contou que já foi formalizado perante o governo pedido para a autorização de concurso público para 1.446 novos servidores.

Sobre o pagamento de ajuda de custo, diárias e férias-prêmio em atraso, respondeu que foi realizado levantamento da situação e que já havia tratativas para a liberação desses pagamentos. Quanto à recomposição das perdas inflacionárias, destacou que, no momento oportuno, o governo traria o assunto à discussão para ver o que seria possível fazer. A respeito das promoções e progressões na carreira, falou que já tinha sido

publicado novo edital de promoções e que haveria a desvinculação das promoções por antiguidade e merecimento dos demais critérios de promoção.

A propósito do plantão digital, esclareceu que 34 unidades haviam sido implantadas até o momento e que havia expectativa de se chegar a 50 unidades até o final de 2021, sendo que ainda em julho seria implantada a Central Estadual do Plantão Digital. Informou, ainda, após questionamento, que enquanto o plantão digital não estivesse consolidado não haveria ampliação desse serviço para o atendimento especializado a mulheres.

Quanto à ampliação do número de Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher – Deams –, bem como sobre o diagnóstico em curso acerca dessas unidades, esclareceu que o diagnóstico ainda estava no início e que visava classificar as unidades no Estado. Disse, ainda, que recentemente tinha sido realizado processo seletivo que havia designado novas delegadas de polícia para atuação em Deams nos municípios do Estado.

Sobre a desvinculação do Departamento de Trânsito – Detran – da estrutura organizacional da PCMG, respondeu que, após diversas reuniões o Conselho Superior da Polícia Civil, concluiu pela autarquia do órgão como sendo a melhor alternativa e contou que, em breve, o governo encaminharia os projetos para a apreciação da ALMG. Destacou que, paralelamente, havia sido designada equipe para estudar a retirada dos policiais civis das atividades de trânsito e seu emprego na função precípua de investigação criminal.

A respeito de informações sobre a implantação da delegacia rural, o chefe da PCMG afirmou que há dois meses uma equipe estudava sobre o melhor modelo padrão para essa delegacia no Estado, sendo que, ainda em junho de 2021, seria editada uma resolução sobre o tema.

Sobre a continuidade da possibilidade de o cidadão fazer seus registros pela delegacia virtual, falou que não havia previsão de suspensão do serviço. Quanto à possível subnotificação de registros de violência contra a mulher e de feminicídios, esclareceu que, no período compreendido entre janeiro e maio de 2021, ocorreu uma elevação de 8,54% no número de medidas protetivas, o que significa uma média de 127 medidas protetivas por dia. Ainda ressaltou que a taxa de elucidação de feminicídios nesse mesmo período tinha sido de 70%.

Sobre o problema da carência de auxiliares de necropsia com a necessidade de deslocamento a outros municípios, informou que havia entendimento no sentido de que servidor administrativo fosse recrutado especificamente para o desempenho dessa função e que um projeto seria encaminhado para análise da ALMG.

A respeito da atual situação do uso do equipamento israelense *Celebrite*, disse que departamentos de Polícia na Capital e no interior faziam uso da ferramenta e que já se pensava numa central estadual de extração de dados.

A respeito da existência de algum serviço de apoio ao policial adoentado, respondeu que os servidores recebem o apoio da Diretoria de Recursos Humanos, unidade que faz o diálogo com o instituto. Pontuou, também, que existe à disposição do servidor o Hospital da Polícia Civil, destacando que, por se tratar de um hospital dia, não dispõe do serviço de internações.

Questionado sobre a possibilidade de o plantão policial vir a funcionar na Delegacia Regional de Coronel Fabriciano, afirmou que há perspectiva para a implantação do plantão digital nessa localidade. Quanto à designação de delegados de polícia para a região do Vale do Aço, mencionou que existe a possibilidade de designação de policiais para essa região, considerando a formatura de novos policiais.

Sobre a construção da sede do instituto médico legal – IML – em Ipatinga, contou que estão em licitação os projetos, inclusive com recursos de emendas parlamentares. Em relação à possibilidade de construção de um centro socioeducativo na região do Vale do Aço, destacou que, por ser matéria de competência da Sejus, a resposta caberia a essa secretaria.

Por fim, sobre a possibilidade de relação entre a política de isolamento social advinda da pandemia e a elevação da violência doméstica, ponderou que não dispunha, no momento, de elementos para fazer essa conexão, embora desconfiasse de que fosse verdadeira.

COMPROMISSOS

Compromisso/posicionamento do chefe da PCMG:

- Concluir a vacinação entre os servidores da PCMG.
- Manter as tratativas com o governo para o pagamento de ajuda de custo, diárias e férias-prêmio em atraso e desvincular as promoções por antiguidade e merecimento dos demais critérios de promoção.
- Implementar a Central Estadual do Plantão Digital.
- Promover o diagnóstico sobre as Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher no Estado e permanecer com os serviços da delegacia virtual.
- Editar resolução sobre a delegacia rural em Minas Gerais.
- Promover estudo para a retirada dos policiais civis das atividades de trânsito, direcionando-os para a função precípua de investigação criminal.

RQN 8.476/2021: Pedido de providências para que seja ampliado o número de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – Deams – no interior do Estado, tendo em vista, em especial, o aumento dos casos de violência doméstica praticada contra a mulher em razão de gênero durante a pandemia da Covid-19 e estudos que apontam para o provável elevado índice de subnotificações dessas ocorrências.

RQN 8.479/2021: Pedido de informações sobre que ações estão sendo realizadas para implementar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – nos municípios do Estado em que não há o referido atendimento especializado, bem como quais os estudos realizados para definir as localidades que mais necessitam da instalação.

3) Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG

O comandante-geral do CBMMG, Cel. BM Edgard Estevo da Silva, apresentou as ações da corporação em face da pandemia de Covid-19: mostrou dados relativos à contabilização de casos suspeitos e confirmados na instituição, que, de março de 2020 a junho de 2021, foram 3.063; abordou a evolução do quantitativo dos casos e a distribuição deles pelos seis comandos operacionais da instituição no Estado e informou que, até aquele momento, havia 1.633 casos suspeitos, 1.249 confirmados, 1.231 recuperados e 5 óbitos.

A seguir, mencionou os atos normativos produzidos pela instituição em virtude dos efeitos da pandemia, ressaltando que houve participação da Secretaria de Estado de Saúde na elaboração de alguns deles. Foram elaborados: Protocolo Operacional de Orientações de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19; Plano de Contingência Covid-19; Protocolo Operacional Padrão de Limpeza e Desinfecção de Viaturas; Protocolo Operacional Padrão de Utilização da Maca Bolha; Protocolo de Retorno da Operação Brumadinho.

Quanto à capacitação interna e externa dos integrantes da instituição, o Cel. BM Edgard da Silva contou que foram realizadas diversas iniciativas. O setor de ensino da instituição ministrou cursos não somente para a tropa do CBMMG, mas também para agentes de outros órgãos federais, estaduais e municipais, no período de janeiro a maio de 2021.

Quanto à Operação Brumadinho, disse que esta foi retomada e já estava na Fase 8, com total atenção aos protocolos e diretrizes sanitárias. Até aquele momento, 260 vítimas já haviam sido identificadas e 10 vítimas ainda estavam desaparecidas.

Os números da vacinação dos bombeiros militares apresentados foram os seguintes: 58% dos militares já tinham sido vacinados com a primeira dose e 35% dos militares tinham recebido as duas doses do imunizante. Apenas 152 bombeiros militares ainda não tinham recebido a primeira dose e 142 bombeiros tinham se recusado a receber o imunizante. O comandante falou acreditar que, até o fim de agosto, toda a tropa da instituição estaria devidamente imunizada com as duas doses da vacina.

Diante da publicação do Decreto nº 48.205/2021, que prorroga até 31/12/2021 o prazo de vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, afirmou que se encontra em estudos a realização de um novo pleito de suplementação orçamentária ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin –, visando permitir a continuidade das ações operacionais do CBMMG.

Apresentou o planejamento para a retomada gradual das atividades-meio da instituição, face a melhora dos indicadores da pandemia, sempre com respeito às regras sanitárias. Em relação aos cursos de formação, o comandante-geral esclareceu que seriam realizadas adaptações, na medida do possível, das disciplinas teóricas para modelo de ensino a distância e haveria retomada gradual das disciplinas práticas. Em relação às atividades administrativas, contou que haveria o retorno presencial após a imunização de toda a tropa, com adaptação das instalações e distribuição de álcool em gel e de equipamentos de proteção individual.

Questionado sobre o pagamento das diárias, ajudas de custo e férias-prêmio, o comandante-geral esclareceu que: quanto às férias-prêmio, não havia pendências; quanto às diárias, o valor em atraso era de apenas R\$38 mil; e, quanto às ajudas de custo, havia um saldo a pagar de apenas R\$12.983,00.

Perguntado acerca do efetivo da instituição, destacou que precisava-se considerar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, que restringe o número de bombeiros militares da ativa a 6.112, e que, atualmente, a instituição já possui 5.924 servidores. Informou que a instituição havia realizado tratativas com o Cofin e já tinha sido autorizado novo concurso para 21 cadetes e 145 soldados, com previsão de inclusão na instituição em 2022. Quanto aos excedentes, a convocação não tinha sido aprovada pelo governo do Estado em razão das circunstâncias financeiras do momento.

Quanto às questões referentes à recomposição das perdas inflacionárias dos vencimentos dos militares, o Cel. BM Edgard da Silva afirmou que estava em tratativas com o secretário de governo e que já tinha levado até ele a proposta de recomposição quando coubesse no orçamento, bem como quando houvesse segurança jurídica para tal.

COMPROMISSO

Compromisso/posicionamento do comandante-geral do CBMMG:

- Realização de concurso público para provimento de 166 novas vagas para bombeiros militares, sendo 145 para soldados e 21 para cadetes, com efetivação na instituição até o fim de 2022.

4) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp

O secretário Rogério Greco optou por abordar, inicialmente, o trabalho desenvolvido desde que assumiu a gestão da Sejusp, há cerca de cinco meses, não se atendo à apresentação elaborada para o evento. Começou mencionando suas três principais metas, seguindo solicitação do governador: combate à corrupção, combate às organizações criminosas e valorização do sistema prisional.

Esclareceu que começou pela emissão das carteiras funcionais dos policiais penais, após edição de um decreto e de uma resolução que detalharam a expedição desses documentos, e que, até aquele momento, já tinham sido emitidas cerca de 2 mil carteiras em um universo de, aproximadamente, 17 mil no Estado.

Seu segundo empenho foi para solucionar a questão da vacinação, que, segundo orientação do governo federal, deveria priorizar os presos, apesar de o Executivo estadual ter avaliado a diretriz como problemática, em face dos servidores do sistema prisional. Diante do impasse, o secretário foi a Brasília, acompanhado pelo comandante-geral da PMMG, pelo chefe da PCMG e pelo comandante-geral do CBMMG, onde, em diálogo com o presidente do Senado Federal, conseguiram reverter a situação.

Passou-se então à escolha dos uniformes, visando criar uma identidade para os agentes penitenciários e socioeducativos, que puderam dar sua opinião por meio de consulta virtual. Outra iniciativa foi o treinamento, para essas duas categorias, no uso do fuzil em cursos de formação específicos, dentre outros, com técnicas para a retenção e a contrarretenção de armas e a defesa contra lâminas.

O secretário contou sobre sua surpresa quando, ao assumir a pasta, tomou conhecimento de que o acesso a informações sobre tornozelados estava restrito aos policias penais e informou que a resolução que limitava esse acesso tinha sido revogada, de modo que agora ele era compartilhado com a PMMG e a PCMG.

Segundo Rogério Greco, outro ponto priorizado em sua gestão contemplou as operações integradas entre as forças de segurança, tanto estaduais quanto federais, e incluindo agentes dos sistemas prisional e socioeducativo, o que resultou em redução drástica dos índices de criminalidade.

Além disso, o secretário comunicou que estava em andamento a expansão das unidades prisionais no Estado e que havia sido criada uma associação de proteção e assistência aos condenados – Apac – juvenil, experiência inédita no País. Em sua avaliação, as Apacs são um projeto bem sucedido em Minas Gerais, responsáveis por reduzir significativamente os gastos com os presos, tanto adultos quanto adolescentes em cumprimento de medida de internação (cerca de metade dos R\$18 mil despendidos em unidades de internação). Disse também que o porte de armas pelos agentes socioeducativos, uma reivindicação já antiga e pre-

vista em lei estadual, estava em fase de implementação, e que inclusive constaria como informação nas carreiras funcionais desses servidores.

O titular da Sejusp apontou o desenvolvimento de trabalho pelos presos, que, no momento, totalizavam 60 mil em Minas Gerais, como outra meta de sua gestão. Ele falou que, durante o atual estado de calamidade decorrente da pandemia da Covid-19, haviam sido produzidas, por essa mão de obra, 5,5 milhões de máscaras, que foram distribuídas em todo o Estado, em comunidades carentes e hospitais.

Os parlamentares presentes elogiaram a atuação de Rogério Greco e as muitas mudanças positivas em seu pouco tempo de gestão; enaltecem a importância das diversas ações focadas na valorização dos servidores dos sistemas prisional e socioeducativo, ressaltando também a necessidade da devida estruturação de suas carreiras; concordaram com a relevância do compartilhamento de informações entre as forças de segurança; e manifestaram suas opiniões sobre as Apacs, o uso de tornozeleiras eletrônicas, o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas (principalmente nas áreas de divisa com outros estados), o regime disciplinar diferenciado – RDD – (previsto no art. 52 da Lei de Execução Penal federal), penas mais severas para crimes mais violentos, o tratamento e a recuperação de dependentes químicos e a reinserção social dos adolescentes que praticam atos infracionais.

Fizeram questionamentos a respeito do cronograma para a ampliação da vacinação contra a Covid-19 dos servidores da Sejusp; da inclusão dos assistentes, auxiliares e analistas de defesa social na legislação que trata do reajuste das demais carreiras da segurança pública; da perspectiva de novos editais com a recomposição de efetivo das carreiras sob a gestão da Sejusp; de esclarecimentos sobre a não convocação dos candidatos excedentes aprovados em editais de concursos já realizados; da posição acerca das Propostas de Emendas à Constituição nºs 53/2020 e 28/2019, sobre a estruturação da carreira de policial penal e a autonomia institucional da polícia penal; do modelo de cogestão no sistema socioeducativo, incluindo os termos de cessão, atuação do Instituto Elo no que tange à remoção de servidores e a presença de agentes socioeducativos nas unidades onde há adolescentes que praticaram atos mais graves; da previsão de realização de concurso para agentes socioeducativos, com vistas a reverter o modelo de cogestão; dos encaminhamentos da pasta com o governo estadual para o pagamento das duas parcelas pendentes para a recomposição salarial das forças de segurança pública; da possibilidade de ampliação do número de Apacs no Estado, assim como de políticas de prevenção ao uso de entorpecentes; das ações destinadas à entrada de drogas e armamentos nas divisas estaduais; da política de repressão a crimes contra propriedades rurais; dos números atuais e do cronograma de vacinação dos presos (em consonância com o plano nacional de imunização e a

legislação em vigor); do acompanhamento das denúncias sobre torturas praticadas dentro do sistema prisional, conforme feitas à Comissão de Direitos Humanos da ALMG pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh –, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada, inclusive com indicação de intensificação durante a pandemia devido à impossibilidade da visitação por parentes; da atuação da Sejusp no acompanhamento da saúde mental de presos e servidores do sistema prisional, tendo em vista inclusive (mas não apenas) os recentes casos de autoextermínio ocorridos na ala LGBTQIA+ da Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, em São Joaquim de Bicas.

O secretário Rogério Greco contou que, até aquele momento, já haviam sido vacinados 61% dos policiais e em torno de 25% dos agentes socioeducativos, havendo a previsão de que, em até três meses, estivessem todos vacinados. Quanto aos reajustes, afirmou estar em diálogo com o governo e disse que, apesar do momento atual de crise, acreditava que teria uma posição no menor tempo possível. Sobre a recomposição salarial, disse ser reivindicação de todos e esperar que o governo se recupere dos seguidos anos de deficit financeiro e orçamentário para poder cumprir suas metas.

Em relação à realização de novos concursos, comunicou haver previsão de três editais para 2021: um já publicado, com 211 vagas para auxiliar educacional do sistema socioeducativo; outro, com previsão de publicação até, no máximo, 20 de julho, com mais de 2.400 vagas para policial penal; e o terceiro, para agente socioeducativo, ainda em discussão quanto ao número de vagas. Já sobre a não convocação dos excedentes em concursos passados, Rogério Greco disse não poder responder, por ter ocorrido antes do início de sua gestão.

Asseverou ser defensor das PECs nº 53/2020 e 28/2019, por acreditar que a regulamentação das carreiras de policiais penais e agentes socioeducativos por meio das chamadas leis orgânicas é a única maneira de se obter a autonomia e a independência almejadas, e anunciou que estudos estavam sendo feitos para que essas proposições resultassem na melhor lei do País para suas respectivas instituições.

No que se refere à cogestão no sistema socioeducativo, o secretário exaltou a transparência do modelo e destacou que todos os dados e informações pertinentes estão publicados no *site* da Sejusp. Chamou a atenção para o fato de, mesmo nessas unidades, haver sempre a presença de agentes socioeducativos e informou que estavam sendo criados grupos táticos de agentes socioeducativos para cuidar dos adolescentes que cometeram atos mais graves, acrescentando que esses casos já recebem a devida atenção nas unidades de internação para onde são encaminhados. Defendeu, entretanto, a priorização da recuperação e da reinserção desses jovens, mediante árduo trabalho a fim de mudarem suas referências e não virem a se tornar

adultos criminosos. Nesse sentido, enfatizou a necessidade de se transformar a cultura hoje vigente entre crianças e adolescentes, segundo ele, de valorização do tráfico de drogas e do crime, havendo ótimos e exitosos projetos na Sejusp com esse intuito.

Em relação ao enfrentamento aos crimes nas áreas rurais e à entrada de drogas e armamentos nas divisas estaduais, comprometeu-se a intensificar as operações com essa finalidade.

Quanto aos recentes casos de autoextermínio ocorridos na ala LGBTQIA+ da Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (Presídio de São Joaquim de Bicas I), Rogério Greco especificou as providências tomadas: visita técnica realizada por juíza de execução penal e pelo subsecretário de assuntos penitenciários da Sejusp; orientação ao Departamento Penitenciário – Depen – para criar uma unidade de referência nessa penitenciária; visita técnica e assistência social realizada pela equipe da Subsecretaria de Humanização do Depen; efetivação da unidade de referência específica para o público LGBTQIA+, com o remanejamento de toda a ala masculina para o Presídio de São Joaquim de Bicas II; reunião, no gabinete da secretária-adjunta da Sejusp, entre a juíza de execução penal que realizou a visita técnica, representantes da Comissão de Assuntos Prisionais da Ordem dos Advogados do Brasil e servidores do gabinete e da Subsecretaria de Humanização do Depen, para apresentação das ações sociais; designação de médico e apresentação de minuta de resolução para disciplinar o tratamento acolhedor ao público LGBTQIA+. Pontuou que têm sido tomadas todas as providências necessárias para se evitem casos extremos como os ocorridos, porém, por se tratar de circunstâncias que, por vezes, fogem ao controle, era necessário todo o cuidado para evitar a segregação, situação deprimente que atinge não apenas o público LGBTQIA+, mas todos os presos.

O secretário também divulgou os números relativos à vacinação de presos no Estado, em cumprimento à orientação do Ministério da Saúde: 6.126 haviam tomado a primeira dose e 52, a segunda.

Compromisso/posicionamento do secretário:

- Vacinação de 100% dos agentes prisionais e socioeducativos em até três meses.
- Publicação de mais dois editais para concursos públicos em 2021 (além do já publicado, com 211 vagas para auxiliar educacional do sistema socioeducativo): para policial penal, mais de 2.400 vagas (até 20 de julho); para agente socioeducativo (data e número de vagas ainda em aberto).
- Empenho, perante o governo do Estado, para o pagamento de reajustes aos servidores da Sejusp.
- Priorização de políticas públicas destinadas à reinserção social dos adolescentes que praticam atos infracionais, em especial aqueles em cumprimento de medida de internação.
- Realização de estudos destinados ao aprimoramento das PECs nºs 53/2020 e 28/2019 e melhor estruturação da polícia penal no Estado.
- Intensificação das operações voltadas para o enfrentamento aos crimes nas áreas rurais e à

entrada de drogas e armamentos nas divisas estaduais.

RQN 8.480/2021: Pedido de informações acerca do processo de nomeação de novos delegados, dos critérios para a distribuição dos profissionais pelo Estado, do número de servidores que serão indicados para o Vale do Aço e de quando Coronel Fabriciano poderá contar com o plantão na delegacia nos finais de semana.

RQN 8.481/2021: Pedido de informações acerca das medidas já tomadas e daquelas que estão em andamento, bem como sobre o cronograma de atividades da secretaria para a implementação do Sistema Olho Vivo na Região Metropolitana do Vale do Aço.

RQN 8.482/2021: Pedido de informações acerca das medidas já tomadas e daquelas que estão em andamento e sobre o cronograma de atividades da Sejusj para a implementação e construção de centro socioeducativo no Município de Ipatinga.

RQN 8.483/2021: Pedido de informações acerca das medidas já tomadas e daquelas que estão em andamento e sobre o cronograma de atividades da secretaria para implementação do instituto médico legal em Ipatinga.